



### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 474/2018.

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL, RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.572.079/0001-03, com sede administrativa na Rua General João Antônio, nº 1305, Bairro Centro, São Vicente do Sul, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Paulo Sergio Rodrigues Flores, denominado CONTRATANTE e a Empresa **THAINA SCHUMACHER-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.491.067/0001-09, com sede administrativa na Rua Augusto Pestana, nº 140, na cidade de Giruá-RS, representada neste ato por seu representante legal Sra Thaina Schumacher, portador da célula de identidade RG nº. 9099228571 e do CPF nº.045.085.760-36, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, que será regido pelas cláusulas e disposições seguintes, todas em conformidade com o Processo Administrativo nº 87/2018, Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 11/2018, bem como com o que disciplina Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como pelo decreto Municipal nº 162/2005, Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, assim como pelas condições estabelecidas no edital do Pregão Presencial nº 11/2018 seus anexos.

#### **CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA O CENTRO DE SAÚDE DAILY BUSS CECCONI E UBS LAURO PRESTES ESF, COM RECURSOS DO FNS - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

1.2. A Licitante Vencedora deverá cumprir rigorosamente as exigências do edital do Pregão Presencial nº 11/2018 e do presente contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

2.1. A Contratante pagará a contratada, o valor total de R\$ **4.381,00** (Quatro mil trezentos e oitenta e um reais), pelos objetos abaixo relacionados:

Item	Qtde	Unid.	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
18	2,00	UN	BEBEDOURO, purificador refrigerado, pressão coluna simples.	KARINA	598,0000 0	1.196,00
57	1,00	UN	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL A LASER, (COPIADORA, SCANNER E FAX), MONOCROMÁTICA, PRETO E BRANCO, BIVOLT.	KYOCERA	3.185,00 000	3.185,00
<b>Total dos Produtos</b>						<b>4.381,00</b>

2.2. A nota fiscal emitida pela Contratada deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

2.3. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

2.3.1. Sempre que forem atendidas as condições do presente contrato, considerar-se-á mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

2.4. O valor contratado será revisado nos seguintes casos:

2.4.1. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos da proposta, quando comprovada sua incidência sobre os valores, para mais ou para menos.

2.4.2. Havendo alteração unilateral do presente contrato que afete seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a Contratante deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

2.4.3. A requerimento da Contratada, sempre que houver acréscimos nos preços dos insumos que compõem o seu custo, desde que comprovado o impacto econômico-financeiro.



2.5. Nenhum pagamento será efetuado pela Contratante enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS DE ENTREGA E DA GARANTIA**

3.1. A vigência do presente contrato será de sua assinatura até o término da garantia do objeto contratado.

3.2. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratado.

3.3. A entrega provisória do objeto contratado, deverá ser feita em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do presente contrato e emissão da nota de empenho, de Segunda-Feira a Sexta-Feira no horário de expediente da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul, sendo das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:30h, após fiscalização do responsável ou comissão nomeada para tal, na Rua General João Antônio, 1305, Bairro Centro, em São Vicente do Sul, sem ônus de frete para a Administração.

3.4. A entrega definitiva se dará em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega provisória, mediante testes realizados pela Secretaria, com a emissão de laudo técnico atestando a conformidade com o edital.

3.5. Verificada a não conformidade na entrega do objeto contratado, a Contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias, correndo a suas expensas as despesas de fretes, sujeitando-se às penalidades previstas no presente contrato.

3.6. A Contratada deverá fornecer obrigatoriamente **garantia** mínima de 12 (doze) meses, contado da data da entrega definitiva do objeto.

3.7. A reexecução de serviços e a substituição de peças e componentes que estejam dentro da garantia, não implicarão ônus para a Contratante, e acarretarão a reabertura do prazo de garantia para estas peças e serviços substituídos/corrigidos.

### **CLÁUSULA QUARTA- DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas do presente contrato serão alocados quando da emissão de Notas de Empenho, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Projeto/Despesa
1108   4490.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - Aquisição de Equipamentos

### **CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

#### **5.1. DA CONTRATANTE:**

5.1.1. Efetuar a inspeção do objeto contratado, de acordo com as condições e especificações previamente pactuadas no Pregão Presencial nº 11/2018.

5.1.2. Efetuar o pagamento a Contratada de acordo com os prazos e condições estabelecidos no edital e no presente contrato.

5.1.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

5.1.4. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto contratado, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e no presente contrato.

5.1.5. Notificar previamente a Contratada, quando da aplicação de penalidades.

5.1.6. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do edital do Pregão nº 11/2018 e do presente contrato.

#### **5.2. DA CONTRATADA:**

5.2.1. Entregar o objeto contratado de acordo com as especificações, quantidades e prazos do presente Contrato e condições do edital de Pregão Presencial nº 11/2018.

5.2.2. Manter durante a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas na licitação.



5.2.3. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do contrato.

5.2.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, com exclusividade, a qualquer dano que venha a provocar a terceiros ou a Contratante, em decorrência da execução do contrato.

5.2.5. Fornecer obrigatoriamente a garantia exigida no item 3.6. do presente contrato.

5.2.6. Fornecer os manuais no idioma português (Brasil) impresso.

5.2.7. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1. A recusa da Contratada na execução do objeto do presente contrato acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total homologado.

6.2. O atraso que exceder o prazo fixado para entrega provisória ou total do objeto contratado, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, sobre o valor do objeto não entregue, até o limite de 20% (vinte por cento).

6.3. A entrega do objeto contratado com vícios ou defeitos ocultos, que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações solicitadas no edital de Pregão Presencial nº 11/2018 e do presente contrato, e não corrigidas em até 10 (dez) dias, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do objeto não corrigido, até o limite de 20% (vinte por cento).

6.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro da Contratante, nos casos de:

6.4.1 Não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a assinatura do contrato;

6.4.2. Comportamento inidôneo;

6.4.3. Cometimento de fraude fiscal;

6.4.4. Fraudar a execução do contrato;

6.4.5. Falhar na execução do contrato.

6.5. Na aplicação das penalidades previstas neste contrato, a Contratante considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do Contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

6.6. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a Contratada à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

6.7. As penalidades serão registradas no cadastro municipal da Contratada, quando for o caso.

6.8. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO**

7.1. São motivos para rescisão do contrato os relacionados no artigo 78, incisos I a XVIII, da Lei 8.666/93.

7.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

7.3. A rescisão do contrato atenderá ao disposto no art. 79 da Lei 8.666/93, podendo acarretar as consequências previstas no artigo 80 da mesma lei.

7.4. Por razões de interesse público.

7.5. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva de execução



do contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**8.1.** A execução do presente contrato será fiscalizada por servidor municipal ou comissão designada para tal.

**8.2.** O fiscal ou comissão nomeada anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**8.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao Setor Jurídico da Contratante, em tempo hábil, para a adoção das medidas e/ou penalidades conforme o edital de Pregão Presencial nº 11/2018 e do presente contrato.

### **CLÁUSULA NONA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1.** As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato, reger-se-ão pelos dispositivos da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações como se em linhas aqui estivessem transcritas e, supletivamente, pelas disposições contratuais de direito privado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO**

**10.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Vicente do Sul, RS, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias que surgirem do presente Contrato Administrativo.

E, estando assim, justos e contratados, lavrou-se o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual forma e teor que, após de lido e achado conforme, vai firmado pelos contratantes e por 02 (duas) testemunhas para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

São Vicente do Sul, 16 de Julho de 2018

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

### **TESTEMUNHAS**

**1:** \_\_\_\_\_

**2:** \_\_\_\_\_

NOME:

NOME:

CPF N°

CPF N°

Esta minuta de contrato foi examinada e aprovada em 16/07/2018 pelo Setor Jurídico Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.